



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

ATA N.º 2/2014

Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcoutim

Realizada em 24 de abril de 2014

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, iniciou-se a segunda reunião ordinária da Assembleia Municipal de 2014, presidida por Dr. António da Costa Amorim. -----

----- De seguida procedeu-se à chamada, verificando-se a presença da totalidade dos seus membros. -----

----- O senhor presidente da mesa colocou à discussão: -----

----- Ata da reunião número 1/2014, realizada no dia 28 de fevereiro, cujo texto foi previamente distribuído aos senhores vogais. -----

----- Posta a ata à votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, a referida ata, com 1 (um) voto contra do vogal Dr. Paulo Pina e 1 (uma) abstenção do senhor vogal José Rosa Pereira, este por não se encontrar presente na referida reunião. -----

----- O presidente da mesa deu a conhecer a correspondência recebida e informou todos os presentes que, em reunião de 26 de março, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a Moção de Protesto pela Reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A (EGF). Informando também que toda a documentação se

encontra disponível para consulta e que será enviada, via correio eletrónico, para todos os membros da Assembleia Municipal.

----- No período de antes da ordem do dia, o senhor presidente da mesa concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local. Tomando a palavra o senhor vogal, Francisco Xavier, da Bancada do PS, mostrou o descontentamento pelo facto de ter tido conhecimento que as dragagens/desassoreamento no rio Guadiana se localizam apenas da Ponte Internacional até à entrada da Barra, o que inviabilizará as condições de navegabilidade do rio até ao Pomarão e, como tal a bancada do PS apresenta uma Moção para ser discutida e aprovada, na Assembleia Municipal, de modo a mostrar a “*nossa*” pretensão/reivindicação “*às altas competências do País*”. -----

----- O senhor vogal, Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD interveio para mencionar que é com “*agrado*” que assiste à apresentação de uma Moção, que, além de ter o objetivo pretendido é redigida de forma concisa, a ter uma anuência generalizada, e nesse sentido endereça uma palavra de apreço a quem “*apresentou*” a respetiva Moção, referindo de seguida que a bancada do PSD votará favoravelmente em “*prol do concelho, em prol da área e em prol da região*”. -----

----- O senhor vogal, Eng.º Aurélio Teixeira, da Bancada do PS interveio para agradecer ao executivo camarário o facto de ter facultado/concedido, conforme sugestão por si apresentada, na última reunião da Assembleia Municipal, sessões de esclarecimento ministradas pela Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI), aos munícipes do concelho sobre o registo de atividade (Autoridade Tributária) para pequenos agricultores. Todavia, gostaria de ter conhecimento se a edilidade se encontra a avaliar/ ponderar, no momento sessões de esclarecimento, a aplicação de produtos fitofarmacêuticos (Lei 26/2013, de 11 de abril). Continuou, efetuando um breve resumo da reunião da Assembleia Intermunicipal, realizada no passado dia 22 de abril, da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) / Faro, nomeadamente

sobre apreciação e aprovação dos documentos da Prestação de Contas, 1.ª Revisão ao Orçamento (nomeação de auditor externo), bem como dar conhecimento das Moções aprovadas, na referida reunião, designadamente sobre as comemorações do 25 de abril e privatização da empresa geral de fomento, empresa que faz o tratamento e gestão e resíduos sólidos do Algarve. Informou ainda sobre as atividades da AMAL, nomeadamente votação/aprovação do Relatório de Gestão, dando de seguida conta das ações mais relevantes para o concelho de Alcoutim, designadamente do 3.º Quadro Comunitário - aquisição de viaturas para bombeiros, promoção de Auto Caravanismo, combate à desertificação, certificação do medronho. Finalizou a sua intervenção informando igualmente que as verbas disponíveis para as Autarquias/Algarvias serão mais reduzidas, em contraponto com uma maior aposta no setor privado. -----

----- O senhor vogal, Anselmo Vicente, da Bancada do PSD interveio para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: *“Somos efetivamente um concelho pobre, de baixos recursos e onde o índice de desertificação tende a acelerar de dia para dia. Considerando:* -----

- Os mecanismos de discriminação positiva para atribuição de fundos europeus do novo quadro de apoio aos territórios com menos população, criando concursos específicos para os municípios que têm baixa densidade populacional, cabendo a estas as chamadas regiões de convergência – a maior fatia dos fundos europeus no conjunto das verbas comunitárias.-----

- A criação de avisos ou concursos só para tipologias de municípios de baixa densidade, ou seja as regiões que têm menos de 50 habitantes por metro quadrado.-----

- A hipótese de majorar positivamente as zonas com menos população, definindo uma taxa de participação maior, para os projetos apresentados, de forma a captar investimentos nas regiões desfavorecidas.-----

- O facto de as regiões (Norte, Centro, Alentejo e os Açores) evidenciarem um produto interno bruto (PIB) por habitante inferior a 75% da média comunitária, e

dai serem consideradas zonas de convergência, receberão cerca de 93% das verbas do próximo fundo comunitário.-----

Facilmente se conclui, que a zona do concelho de Alcoutim, um dos concelhos mais pobre do País, e quando digo pobre, digo pobre quanto à produção da sua atividade e dos recursos existentes, mas por se integrar na região do Algarve, província considerada não digo rica, mas não pobre, está excluída da classificação de zona de convergência. Assim, e por considerar que é preciso olhar para a coesão territorial dentro dos concelhos mais pobres, e não dentro das zonas mais pobres ou menos pobres, concentrando esforços nos municípios com menos população, e dado que os concelhos de baixa densidade não estão só no interior, mas estão sobretudo no interior, ao contrario da ignorância, que classifica essas mesmas regiões, como se elas no seu todo apresentassem uma realidade simétrica. Antes de tudo, só é possível conseguir, mesmo assim difícil, ambicionar, ou perspetivar o caminho do desenvolvimento, o dia em que as classificações do País, deixem de ser zonas (províncias) e passem a ser por concelho. Dai que quer este órgão, mas principalmente o executivo, não deve regatear a esforços, no sentido de tentar resolver um problema que não é de agora, é um problema de décadas, e através da qual se pode ter alguma esperança, naquilo que poderá ser uma porta embora pequena para o desenvolvimento.-----

----- O senhor vogal, Nuno Rodrigues, da Bancada do PS, usou da palavra para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ *Relativamente à correspondência da Assembleia Municipal, nomeadamente o Relatório Anual de Avaliação da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcoutim, quero fazer o seguinte considerando:*-----

- Sendo que a comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcoutim, é uma instituição oficial com autonomia funcional que tem como objetivo promover os direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo do concelho de Alcoutim, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral.-----

- Considerando que esta comissão é composta por diversas entidades, tais como a Câmara Municipal de Alcoutim, o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, a Associação Inter Vivos, o Grupo Desportivo de Alcoutim, a Direção Regional de Educação do Algarve, a Administração Regional de Saúde do Algarve, a Guarda Nacional Republicana, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, o Centro de Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo, a Associação de Pais da Escola Básica Integrada de Martim Longo, Assembleia Municipal de Alcoutim; -----

Ao ler o relatório fiquei agradado pelos resultados apresentados, no entanto, não posso deixar de referenciar um ponto que considero de extrema importância, na medida em que o acompanhamento das crianças e jovens deve ser prestado por uma equipa multidisciplinar. É mencionado no ponto 2.2.5 do referido relatório que as principais dificuldades de funcionamento sentidas foram a falta de instalações próprias e a insuficiência de disponibilidade dos membros da comissão. Tanto as entidades que compõem esta comissão como as pessoas que as representam devem ter o sentido de responsabilidade e missão que esta área merece. Sabemos que por vezes não é fácil conciliar tempos e disponibilidade, no entanto, tudo devemos fazer para que esta área funcione na sua plenitude. Devemos fazer um esforço adicional para que estas lacunas sejam colmatadas e para que o acompanhamento dos casos detetados mereçam o tratamento adequado, considerando que esta é uma área muito sensível e de extrema importância para o bem-estar das crianças e jovens, das suas famílias e da comunidade em geral. Nunca é tarde lembrar que, todos os cidadãos, tem o dever de denunciar os casos de violação dos direitos das crianças e jovens, ou quaisquer outras situações que tenham conhecimento e que possam pôr em causa o seu bem-estar.-----

----- O senhor vogal, Epifânio Vicente, da Bancada do PSD, interveio para enaltecer a medida tomada pela autarquia, no que concerne à participação de alunos/jovens na Universidade Júnior, no próximo verão, esperando que no futuro exista uma aposta na área do desporto e cultura, para uma faixa etária mais

elevada, dado, que os alunos do 10.º, 11.º e 12.º ano necessitam igualmente de bons auxílios e de experiência *“para que possam crescer”*. -----

----- O senhor vogal, Eng.º Luís Carneira, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que acha importante a realização de estágios (não profissionais) na Universidade do Porto, no entanto, considera que seria mais fácil se os mesmos ocorressem nos distritos de Faro ou Beja, uma vez que poderá existir por parte dos encarregados de educação a dificuldade/complexidade em inscrever os seus educandos, nas referidas valências, a muita distância de casa. Ainda mencionou que acha *“curioso”* o facto do senhor vogal Eng.º Aurélio Teixeira na sua intervenção, considerar uma medida importante por parte da AMAL a dinamização do Auto Caravanismo, quando tem conhecimento que o mesmo na discussão e votação do Parque de Caravanismo no Pereiro *“foi um dos que votou contra a construção do parque”*. -----

----- O senhor vogal, Eng.º Aurélio Teixeira, da Bancada do PS usou da palavra para discordar da intervenção anterior, dado que não se recorda de existir qualquer votação para a construção do Parque de Caravanismo do Pereiro, e que primeiramente o projeto se destinava a parque de campismo, afirmando que todo o processo *“levou algum tempo a ser construído”*. -----

----- O senhor presidente da mesa interveio para solicitar a inclusão do seguinte ponto, na ordem de trabalhos: **MOÇÃO/PELA NAVEGABILIDADE EM SEGURANÇA NO RIO GUADIANA.**-----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, incluir o referido ponto na ordem de trabalhos. -----

----- De seguida, o senhor presidente da mesa passou ao período da ordem do dia. -----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** -----

Neste ponto, o senhor presidente da Câmara leu a sua intervenção, a qual se

encontra arquivada em pasta anexa à presente ata, cujo texto foi previamente distribuído aos senhores vogais.

----- Continuou a sua intervenção mencionando que: -----

- relativamente à moção apresentada, sobre o desassoreamento do rio guadiana, considera que é bastante importante e oportuno “*mostrarmos*” posição, dado que é um fator essencial para o desenvolvimento da navegabilidade do rio; -----

- o executivo camarário prosseguiu com as sugestões apresentadas, no que concerne às ações de sensibilização, nomeadamente com o esclarecimento do registo na Autoridade Tributária (Finanças) para início de atividade dos pequenos agricultores, no entanto, a ação sobre a aplicação de produtos fitofármacos decorrerá mais tarde, uma vez que a sua proibição/venda será em novembro de 2015, sendo que tem conhecimento que existem cursos que estão a ser monitorizados por empresas privadas, com um custo elevado (duzentos e treze euros, aproximadamente), todavia a Edilidade irá envidar esforços suficientes no sentido de haver uma sensibilização/comunicação através da Associação Cumeadas, Juntas de Freguesia e/ou ADS de Giões, a fim de existirem esclarecimentos sobre a matéria; -----

– no que concerne à EGF, mencionou que é um assunto que “*é do interesse de todos*”, dado que a reprivatização da mesma poderá implicar, caso a alienação se concretize, a alteração de detenção de 56% do capital social da ALGAR, impossibilitando, dessa forma, prever a que entidade caberá a maioria do seu capital social e, conseqüentemente, o poder decisório sobre as matérias da competência da ALGAR, as quais constituem um setor estratégico regional de, inquestionável, interesse público e, como tal, deverá ser o setor público a gerir esses ativos, garantindo que os cidadãos usufruam de serviços de qualidade; -----

- corrobora o citado pelo senhor vogal, Anselmo Vicente, uma vez que o concelho de Alcoutim se encontra “*condenado*” a gerir as grandes dificuldades ao nível “*daquilo que são as imposições*” dos vários programas comunitários e, por estarmos inseridos na região do Algarve, que é considerada rica em termos

comparativos, com a região do Alentejo, adiantando ainda que a AMAL encontra-se empenhada em colaborar com os territórios de baixa densidade; -----

- no seguimento da reunião anterior, a dívida da Estalagem é na ordem dos € 21.727, 12 (vinte e um mil setecentos e vinte e sete euros e doze cêntimos), em que a rescisão (amigável) do contrato terá o seu término no final de abril, após um balanço da situação do estado do imóvel, onde será apresentada a fatura da quantia, anteriormente mencionada, e caso não ocorra o pagamento voluntário, o assunto seguirá o processo para execução fiscal ou judicial.-----

----- Finalizou a sua intervenção esclarecendo, no seguimento da questão apontada pelo senhor vogal, Anselmo Vicente, no caso da “alegada” incompatibilidade/inelegibilidade do adjunto, Sr. Dr. João Simões, que “*foi sua intenção, bem como do Presidente da Mesa, solicitarem o anterior parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), acedendo ao topo do que entende ser o coroar deste tipo de apoio aos municípios, nomeadamente a interpretação perfilada pela ANMP em consonância com o parecer jurídico da Procuradoria-Geral da República, em que veio consolidar aquilo que já era no início uma orientação legal de nomeação, vinculando assim e de forma definitiva a prestação de esclarecimentos sobre o assunto*”, todavia, se existirem ainda dúvidas, por parte do senhor vogal “*sugere*” a utilização de outros mecanismos legais pois considera que já se gastou demasiado tempo num assunto que “*pouco ou nada*” serve os interesses dos alcoutenejos, pelo quais nos devemos “*nortear*”.

----- O vogal senhor vogal, Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, usou da palavra agradecer a informação prestada e referir que quanto à elegibilidade não tem nada a acrescentar, no entanto, no que concerne à incompatibilidade considera que poderá existir diversas interpretações, e nesse sentido informa que enviou recentemente um pedido de parecer ao departamento de inspeção superior, para esclarecimentos adicionais, e se lhe for dado razão, cabe ao senhor presidente da Câmara tomar as medidas que achar por conveniente. De seguida e no seguimento da intervenção do senhor presidente acrescentou que gostaria de questionar “*onde estão as grandes alavancas para o desenvolvimento e crescimento*”, dado que a

perceção para o desenvolvimento que se pretende integrado e sustentado exige necessariamente a construção de instrumentos de trabalho, através de uma dialética constante de aproximação à comunidade, em que ninguém se pode excluir, e como tal é da opinião que se deve adotar estratégias através da dinamização do tecido empresarial local, e do incremento de formação profissional, nomeadamente no desenvolvimento de um plano formativo mais adequado (escolaridade mínima), pois estes fatores conjugados facilitam a criação de condições económicas que travam a repulsão populacional, favorecendo a fixação dos jovens no concelho.

----- O vogal senhor vogal, Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, interveio para mencionar que dá as *“boas-vindas ao senhor Presidente, por o mesmo considerar que o concelho de Alcoutim, por estar inserido no Algarve, alguma coisa de prejudicial lhe trás”*, pois há anos, que o anterior executivo (PSD) alertava para o assunto, em que todos achavam que era incompetência da Autarquia por não conseguirem financiamentos, esperando que reconheçam igualmente os mecanismos a que estamos condicionados a nível de gestão territorial. Endereçou de seguida uma palavra de apreço pela iniciativa dos *“Sabores da Serra ao Rio”* e pelas personalidades presentes (Chefe (s) Leonel Pereira e Milene Nobre, Dr^a. Manuel Valagão, no entanto, questiona o porquê da não presença dos *“protagonistas desta ação”* de melhoria da culinária do concelho e da oferta da restauração, por considerar importante a iniciativa/evento a nível de região, emprego e promoção do concelho. Findou endereçando igualmente os parabéns pelo melhoramento da Unidade Móvel de Saúde, a nível de colaboradores (médico). -----

----- O senhor vogal, Nuno Teixeira, da Bancada do PS, interveio para mencionar que ao analisar a informação escrita do senhor Presidente ficou *“com algumas dúvidas”* no que concerne ao Espaço Saúde, sediado próximo do Edifício principal da Autarquia, uma vez que é da opinião que essas valências deviam ser implementadas no Centro de Saúde de Alcoutim, devido às salas disponíveis e às condições que o mesmo apresenta. Continuou referindo que gostaria de saber se está previsto a criação de uma delegação dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim,

na freguesia de Martim Longo ou Vaqueiros, *“uma reivindicação/anseio”* com bastantes anos, por parte dessa população, e caso exista essa confirmação, questiona se o protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa *“faz sentido”*, dado que são entidades idênticas. -----

----- O presidente da Câmara, senhor Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para mencionar que *“ficou igualmente triste”* pela diminuta assistência, na iniciativa (abertura) dos *“Sabores da Serra ao Rio”*, pois são eventos como estes que fazem crescer e estimular a economia do concelho. Quanto ao Espaço Saúde informou que está ser criado um local (no andar de cima da Farmácia), com as devidas condições, no sentido de englobar gabinetes de Ação Social/Psicologia e consultas diversas, tendo como finalidade primordial melhorar as condições de vida da população do concelho, em especial da mais desfavorecida, numa ótica de prevenção/redução dos fenómenos da pobreza e exclusão social, procurando intervir prioritariamente junto dos grupos populacionais mais vulneráveis. Continuou informando que irá existir uma delegação/deslocação (uma equipa) dos BVA, em Vaqueiros, no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), apenas no período crítico, *“porque não está perspetivada, no momento, uma delegação de Bombeiros em Martim Longo e/ou Vaqueiros,”*, tendo solicitado apoio da Autarquia de Castro Marim, para uma *“partilha de custos”*. ----

----- O senhor vogal, Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, interveio para *“alertar”* para o facto da Câmara e/ou Assembleia Municipal não poder *“criar”* uma Delegação de Bombeiros em Vaqueiros, Martim Longo, Pereiro ou Giões, dado que a Associação tem autonomia própria. -----

----- O presidente da Câmara, senhor Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para corroborar com a intervenção anterior, e referir que apesar de serem financiados substancialmente pela Edilidade, a Associação dos BVA é autónoma, apelando para que *“não entendam isso como uma usurpação de poder”*. Findou referindo que a deslocação para a freguesia de Vaqueiros, da Equipa do DECIF foi uma proposta apresentada, pelo senhor Comandante, Eurico Vicente, apesar de ser uma preocupação primordial do executivo, no período crítico dos incêndios florestais.

----- **PONTO DOIS – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO –**

ANO DE 2013: Foram presentes os documentos em epígrafe, respeitantes ao exercício de 2013, tendo o presidente da Mesa, Dr. António Amorim, distribuído uma certidão alterada/retificada sobre o assunto, tendo em conta uma modificação ocorrida, na reunião de Câmara. -----

----- O senhor vogal, Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que é da opinião que uma Certidão depois de emitida, não deve ser alterada/retificada, apenas o conteúdo de 1 (uma) ata. Continuou referindo que as contas “*são tão boas*” que votará favoravelmente porque “*tem inteira confiança de quem as fez/elaborou*”, apesar de discordar/abster-se sobre o relatório de gestão pelo facto do mesmo conter imperfeições/erros e omissões. -----

----- O senhor vogal, Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD, interveio para mencionar que as contas “*são o que são e não podemos fugir delas*”, e que bancada do PSD, enquanto equipa trabalha em conjunto e é coerente, deixando de seguida a seguinte frase, dita pelo senhor vereador, José Carlos Pereira, para reflexão: “*é com agrado, nestes anos de vida Autárquica, que vê que o atual executivo permanente, que levou anos a criticar/acusar o anterior executivo camarário, pela não aplicação de políticas de desenvolvimento e de combate à desertificação, menciona na sua conclusão “apesar da conjuntura económica nacional, das dificuldades financeiras do país e da contenção orçamental imposta pelo estado central aos municípios portugueses, Alcoutim continua apresentando solidez nas suas contas. O Orçamento de Estado de 2013, associado à redução da possibilidade de financiamento comunitário, impôs aos municípios portugueses um ano de contenção orçamental. O executivo empenhou-se na concretização dos objetivos delineados no Orçamento e nas grandes opções do Plano para o ano de 2013. Desenvolveu uma gestão racionalizada por forma a realizar o maior número de projetos definidos. Estavam previstas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, a realização de investimentos nas áreas do saneamento básico e abastecimento de água, renovação da rede viária e urbana, saúde, ação social,*

desenvolvimento económico, património, proteção do meio ambiente, turismo, educação, cultura e desporto. Atendendo aos factos supracitados, e como se verifica ao longo de análise do presente relatório, estas situações adversas condicionaram a ação municipal e o cumprimento de alguns dos objetivos previstos. O Município de Alcoutim estabeleceu para 2013 a aposta em áreas relevantes visando a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, o seu desenvolvimento, o combate à desertificação e o atenuar das assimetrias existentes entre o nosso concelho e o restante Algarve”. Finalizou a sua intervenção referindo que gostaria que os projetos fossem concretizados e que pessoalmente votará contra os documentos, dado que não teve acesso aos mesmos. -----

----- O senhor vogal, Nuno Rodrigues, da Bancada do PS, usou da palavra para proferir o discurso, que se passa a transcrever: “Após análise da documentação disponibilizada relativa à prestação de contas do ano de 2013 e o relatório de gestão de 2013, gostaria de dizer que estes documentos devem espelhar de forma clara, concisa, objetiva e fiável todo o Património do Município, enfim todos os factos administrativos e financeiros relativos a cada ano em questão. O ano de 2013 foi um ano de transição devido às eleições autárquicas, tendo a gestão da autarquia sido partilhada até à instalação dos novos Órgãos Autárquicos em 15/10/2013. Gostaria de frisar o aumento verificado com as despesas correntes e com as despesas de capital e alertar para o facto de ter-mos de equilibrar dentro do possível as receitas (cada vez em menor número) com as despesas. Por outro lado gostaria de ter visto uma taxa de execução superior aos 68% agora apresentados e perguntar como é que é possível, num concelho desertificado e com tanto por fazer, terminarmos um ano com uma taxa de execução tão baixa. Volto a frisar o que disse aquando da aprovação do orçamento para o ano de 2014 e aquando da sua retificação, temos de ser corajosos e arrojados, pois só assim poderemos dinamizar o concelho e criar as condições necessárias para a fixação da população e para a dinamização socioeconómica. Tirando estes 2 aspetos que considero pertinentes, julgo que a prestação de contas reflete a prestação da atividade da autarquia no ano 2013.-----

----- O senhor vogal, Francisco Xavier, da Bancada do PS, interveio para proferir o discurso que se passa a transcrever: “ *Análise à Prestação de Contas e Relatório de Gestão ano de 2013 - Uma primeira grande conclusão a retirar desta prestação de contas, tem ver com as Receitas globais que são inferiores aos anos de 2011 e 2012. As receitas de Capital arrecadadas, em comparação com o ano de 2012, tiveram um preocupante decréscimo de 31,42% mas em contrapartida, as receitas correntes arrecadadas, cresceram mais 19,87% comparadas com o mesmo ano de 2012. A segunda conclusão prende-se com o grau de execução do exercício em análise, em função das receitas arrecadadas, que foi de 68%, mais 12% que no ano de 2012, mais 7% que no ano de 2011 e mais 17% que no ano de 2010. Mas, se analisarmos esta prestação de contas de acordo com o que foi orçamentado inicialmente para o ano de 2013, 11.903,703 euros, acrescentando o saldo positivo do ano anterior, 2.273.254,37 euros, o orçamento em termos globais passou para 14.297 472,37 euros. Logo fazendo as contas, verifica-se que o orçamento teria um grau de execução na ordem dos 46,003%. No entanto, também percebemos que o orçamento inicialmente foi projetado em função das receitas previsíveis arrecadadas, incluindo algumas fictícias ou quase fictícias, que no final se saldaram nos 8. 998.186,65 euros, mas que por força do saldo positivo do ano transato se fixaram nos 11.166.956 euros. Ficaram longe de atingirem os números propostos por força dessas receitas, que não se concretizaram. Apesar desses constrangimentos, ainda assim tiveram um saldo positivo na ordem dos 1. 376.271,50 euros. Analisámos outras rubricas em matéria de despesas, tendo constatado que nas despesas com o pessoal, estamos hoje ao nível do ano de 2010, pois que nos anos de 2011 e 2012 se situaram um pouco mais abaixo. Já no que se refere à evolução das despesas nos diversos serviços, constata-se que as despesas do serviço equipamentos aumentou de 2012 para 2013 mais de 100%, pensamos que isto terá certamente uma boa explicação. Quanto ao resto, verifica-se alguma evolução, mas nada de suscitar grandes questões. Em face dos documentos que nos foram apresentados e da análise que fizemos aos mesmos, concluímos que o grau de execução está em valores aceitáveis, uns graus acima, se compararmos*

com os últimos três anos. Assim, em conformidade, não vemos motivos para que não aprovemos esta prestação de contas e relatório de gerência, pelo que terá o nosso voto favorável, no entanto, pensamos que para que haja coerência este documento deveria de ser aprovado por unanimidade, uma vez que 80% da sua execução não foi da responsabilidade deste executivo.-----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 (uma) abstenção do senhor vogal, Sidónio Garcia, da Bancada do PS e 1 (um) voto contra do senhor vogal, Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD, aprovar os documentos em epígrafe, com a seguinte votação: -----

----- **Vogais Presentes:** 18 (dezaioito); -----

----- **Votos Favoráveis:** 16 (dezasseis); -----

----- **Abstencões:** 1 (uma); -----

----- **Votos Contra:** 1 (um); -----

----- O senhor vogal, João Carlos Simões, não participou na discussão e votação, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Mais se certifica que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO TRÊS - CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA A REVISÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a criação da Comissão para a Revisão do Regulamento de Atribuição das Bolsas de Estudo, composta por: Vereador José Galrito, Vereador (a) eleito pelo PSD, dois membros da Assembleia Municipal (um de cada partido representado), um membro da Comunidade (a definir à posteriori pela Comissão); Dr^a. Josélia Palma,

Dr.^a. Alexandra Cavaco e Diretor do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alcoutim. -----

----- Foi apresentada a seguinte proposta, por cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal: os senhores vogais Epifânio Vicente Soares Correia, da Bancada do PSD e Nuno Teixeira Rodrigues, da Bancada do PS, para integrar a Comissão da Revisão do Regulamento de Atribuição das Bolsas de Estudo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a nomeação dos Vogais mencionados. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO QUARTO – MOÇÃO/PELA NAVEGABILIDADE EM SEGURANÇA NO**

RIO GUADIANA: Foi presente a seguinte Moção, que se passa a transcrever: “*Considerando que, ao longo dos últimos anos, os trabalhos de desassoreamento do canal internacional de navegação do rio Guadiana, entre a foz em Vila Real de Santo António e as infraestruturas portuárias do Pomarão, no concelho de Mértola, têm sido sucessivamente adiados, apesar da sua necessidade fundamentada, da apresentação de candidaturas e das garantias oficiais de financiamento, através do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP). Considerando que, no final de março do corrente ano, foi anunciado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve que as autoridades de Portugal e da região espanhola da Andaluzia haviam chegado finalmente a acordo para avançar com a dragagem da barra do rio Guadiana, com a assinatura de um memorando de entendimento pelo diretor da Agência Pública dos Portos de Andaluzia, e pelo diretor-geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos do Ministério da Agricultura e do Mar. Considerando que, em janeiro de 2013, o presidente da CCDR do Algarve, sublinhando as potencialidades turísticas e económicas do Baixo Guadiana e as*

vantagens decorrentes da dragagem do rio, chegou a anunciar que as obras poderiam avançar em abril desse ano. Considerando que, na imprensa da semana passada, surgiram informações que mais uma vez colocam em causa a execução dos trabalhos de desassoreamento a montante da Ponte Internacional do Guadiana, alegadamente devido a dificuldades financeiras do Governo da República Portuguesa. Considerando ainda que a navegabilidade do rio Guadiana, entre Vila Real de Santo António e Pomarão, assume uma importância fundamental para a dinamização do tecido socioeconómico dos concelhos ribeirinhos de Espanha e Portugal. Considerando que os trabalhos previstos são decisivos para melhorar a oferta de serviços e proporcionar a melhoria das condições de navegação e de segurança das inúmeras embarcações de recreio que demandam o grande rio do sul. Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Alcoutim, reunida no dia 24 de abril de 2014, em sessão ordinária, delibera:

1) Manifestar a sua preocupação com o adiamento sucessivo dos trabalhos de desassoreamento e melhoramento da navegabilidade do canal internacional de navegação do rio Guadiana. 2) Recomendar ao Governo da República a execução urgente da totalidade dos trabalhos previstos no supracitado memorando de entendimento, solicitar o envio urgente da listagem dos trabalhos previstos e informação das datas previsíveis para o arranque e conclusão dos trabalhos a desenvolver. 3) Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta ao Exmo. Senhor Presidente da República, Exma. Senhora Presidente e líderes dos grupos parlamentares da Assembleia da República, Exmo. Senhor Primeiro Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Economia, Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território e Ministra da Agricultura e do Mar, Presidente da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Assembleias e Câmaras Municipais de Castro Marim, Vila Real de Santo António e Mértola, Alcaldes de Ayamonte, El Granado, San Silvestre de Guzmán e Sanlúcar del Guadiana e Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim. 4) Enviar esta moção aos órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais. Alcoutim 24 de abril de 2014”. -----

----- Posto o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a referida Moção. -----

----- **Intervenção do Público:** Foram abertas as inscrições do público e não qualquer inscrição, não foi efetuada nenhuma intervenção. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da mesa deu por encerrada a sessão, por volta das vinte horas, mandando lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente

A Secretária

(António da Costa Amorim)

(Isabel Martins Domingos Campos)